

Costa, MCL & Rocha ², CGS. (2020). Hereditary succession in family agriculture: a case study of farmers in Vicinal 12, Brasil Novo, Pará. *Research, Society and Development*, 9(7): 1-18, e221973908.

Sucessão hereditária na agricultura familiar: estudo de caso dos agricultores da Vicinal 12, Brasil Novo, Pará

Hereditary succession in family agriculture: a case study of farmers in Vicinal 12, Brasil Novo, Pará

Sucesión hereditaria en agricultura familiar: un estudio de caso de agricultores en la Vicinal 12, Brasil Novo, Pará

Recebido: 23/04/2020 | Revisado: 02/05/2020 | Aceito: 04/05/2020 | Publicado: 07/05/2020

Mara Cristina de Lima Costa

ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-5219-3957>

Universidade Federal do Pará, Brasil

E-mail: maracris@hotmail.com

Carla Giovana Souza Rocha

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-7066-0480>

Universidade Federal do Pará. Brasil

E-mail: crocha@ufpa.br

Resumo

O trabalho apresenta resultados da pesquisa que teve como objetivo discutir as questões relacionadas à sucessão hereditária, buscando compreendê-la, a partir da caracterização dos filhos e filhas de agricultores familiares, suas perspectivas de permanência no meio rural e na agricultura. O recorte da pesquisa compreende a Vicinal 12, município de Brasil Novo, ilustrativo da agricultura familiar da região da Transamazônica, área de ocupação planejada da década de 1970. O estudo foi realizado por meio observações e entrevistas (semiestruturadas e abertas) realizadas com vinte famílias, onde foram entrevistados os pais e filhos, separadamente, no primeiro semestre de 2014. Os dados coletados foram sistematizados através de transcrições e tabulação dos dados em planilha. Entre os principais resultados destacou-se que de vinte famílias entrevistadas, apenas cinco já haviam realizado a transmissão da propriedade ao sucessor, ou estava em fase de transmissão. Verificou-se ainda

a falta de perspectiva para continuidade do trabalho na agropecuária por parte da população jovem da comunidade, o que pode comprometer a questão sucessória na agricultura familiar.

Palavras chave: Reprodução social; Campesinato; Família camponesa.

Abstract

The work presents results of research that aimed to discuss issues related to hereditary succession, seeking to understand it, based on the characterization of the sons and daughters of family farmers, their prospects for staying in rural areas and in agriculture. The research is comprised of Vicinal 12, municipality of Brasil Novo, illustrative of family farming in the Transamazônica region, planned occupation area of the 1970s. The study was carried out through observations and interviews (semi-structured and open) conducted with twenty families, where parents and children were interviewed separately in the first semester of 2014. The data collected were systematized through transcriptions and tabulation of the data in a spreadsheet. Among the main results, it was highlighted that out of twenty families interviewed, only five had already transferred the property to the successor, or were in the transmission phase. There was also a lack of perspective for continuity of work in agriculture by the young population of the community, which can compromise the issue of succession in family farming.

Keywords: Social reproduction; Peasantry; Peasant family.

Resumen

El trabajo presenta los resultados de una investigación que tuvo como objetivo discutir temas relacionados con la sucesión hereditaria, buscando entenderlo, basado en la caracterización de los hijos e hijas de los agricultores familiares, sus perspectivas de permanecer en las zonas rurales y en la agricultura. La investigación está compuesta por Vicinal 12, municipio de Brasil Novo, ilustrativo de la agricultura familiar en la región de Transamazônica, área de ocupación planificada de la década de 1970. El estudio se realizó a través de observaciones y entrevistas (semiestructuradas y abiertas) realizadas con veinte familias, donde los padres y los niños fueron entrevistados por separado en el primer semestre de 2014. Los datos recopilados se sistematizaron mediante transcripciones y tabulación de los datos en una hoja de cálculo. Entre los principales resultados, se destacó que de veinte familias entrevistadas, solo cinco ya habían transferido la propiedad al sucesor, o estaban en la fase de transmisión. También había una falta de perspectiva para la continuidad del trabajo en la agricultura por

parte de la población joven de la comunidad, lo que puede comprometer el tema de la sucesión en la agricultura familiar.

Palabras clave: Reproducción social; Campesinado; Familia campesina.

1. Introdução

A realidade rural na região Transamazônica, no Sudoeste do estado do Pará, é marcada por constante heterogeneidade no que se refere a fatores como: recursos naturais, configuração das estruturas produtivas, estruturação dos sujeitos sociais, a constituição e atuação das formas organizativas, as dinâmicas culturais e as diversas manifestações de pobreza e de desigualdades sociais. É nesse contexto que a agricultura familiar mantém expressiva atuação no processo de desenvolvimento local sustentável, devido aos conhecimentos e práticas de manejo e uso dos recursos naturais. A agricultura familiar é responsável por expressiva parte da produção de alimentos no país, pela geração de emprego, pela preservação do meio ambiente e manutenção de relações sociais entre os indivíduos, considerada um capital social valioso ao meio rural e ao próprio desenvolvimento como um todo (Abramovay, 2003).

A noção de agricultura familiar a ser adotada neste estudo será, de acordo com Wanderley (2001), aquela em que a família, ao mesmo tempo em que é proprietária dos meios de produção (produzindo para o seu consumo e para o mercado), assume o trabalho no estabelecimento produtivo. Segundo a autora, a conjugação dessas características, tem consequências fundamentais para a forma como ela age economicamente e socialmente, para atender as necessidades do grupo doméstico e a reprodução das gerações subsequentes (Wanderley, 2001).

Apesar da importância da agricultura familiar, de sua expressividade na produção agrícola e de sua capacidade de interação com outras atividades econômicas e sociais, observou-se que a partir da década de 1990 os(as) filhos(as) de agricultores(as) têm deixado a unidade familiar para encontrar oportunidades fora do meio rural, consideradas por estes, como mais promissoras para geração de renda. Dessa maneira este setor considerável da economia nacional vem passando por um processo de envelhecimento da população do campo. Segundo Brumer (2014), para o segmento juvenil, as más condições de trabalho e as incertezas de rentabilidade são fatores motivadores para a saída do campo. O que confirma Silvestro *et al.* (2001), quando aponta que um número considerável de filhos de produtores

rurais abandonam os negócios familiares por melhores oportunidades de renda fora do meio rural.

Para Silvestro *et al.* (2001), o processo sucessório na agricultura familiar, não entra no planejamento familiar, além de não receber nenhuma atenção ou assistência de instituições públicas ou representativas. Segundo os autores, a falta de instrução educacional dos filhos que vão assumir a propriedade agrava este cenário.

Na sua essência, sucessão rural “é o processo de transferência legal do patrimônio visando a continuação de atividades produtivas e, ao mesmo tempo, permitindo às gerações mais novas o comando do negócio familiar” (Schuch, 2010, p. 69). Segundo Carneiro (2001), as formas de transmissão são múltiplas e variáveis de acordo com o contexto histórico, econômico e geográfico. Os arranjos também dependem das possibilidades de trabalho assalariado e das características da família, como o número e sexo dos filhos (Seyferth, 1985).

Essas causas apontam as dificuldades de formação de novas unidades produtivas e o desejo de muitos jovens não reproduzirem o papel de seus pais. Há, contudo outros fatores que contribuem para agravar esse quadro. De acordo com Silvestro *et al.* (2001), nos últimos anos do século XX, o tamanho das famílias rurais diminuía de maneira nítida. Ribeiro (1998;1999) observou que entre os anos de 1970 e 1990, o Brasil rural passou de 10 ou mais filhos para 2,1 filhos por casal. O que conseqüentemente reduziu, o número de herdeiros potenciais para a unidade familiar. Aliada a esta transformação demográfica ocorreu à intensificação das migrações, masculinização e envelhecimento da população rural.

Silvestro (2001) chama atenção para o fato de que quando a sucessão familiar fica comprometida, o futuro das propriedades geralmente é a venda para grandes produtores que trabalham de forma extensiva. Desta forma há uma significativa perda do tecido social que existe no campo, além de se perder o efeito economicamente multiplicador do trabalho.

Com base no exposto acima, esse trabalho tem como objetivo estudar o processo de sucessão hereditária de agricultores familiares da Vicinal 12, município de Brasil Novo, estado do Pará. Buscando identificar a situação da sucessão hereditária nos sistemas familiares, compreender os processos sucessórios a partir da percepção dos agricultores sobre a ocupação agrícola e o estímulo à permanência dos filhos na atividade, e analisar o interesse dos filhos entrevistados em assumir a propriedade dos seus pais.

2. Metodologia

O presente estudo foi realizado na Vicinal 12, município de Brasil Novo, Pará. O município possui uma área territorial de 6.368,25 km², foi criado pela Lei Estadual n.º 5.962 de 13/12/1991. Está situado no Sudoeste do estado, na latitude de 03°18'17" Sul e longitude 53°32'08" Oeste. Sua sede está localizada às margens da Rodovia Transamazônica (BR-230), no km 42, partindo de Altamira.

A economia do município está estruturada na pecuária extensiva de corte, extração de madeira de lei, comércio e prestação de serviços básicos, agricultura perene (cacau, café, pimenta-do-reino, frutas) e culturas agrícolas de safras (feijão, arroz, milho, mandioca, etc.). O município apresenta solos diversificados como terra roxa e outros com textura mista e arenosa.

O município possui 15 vicinais (também denominados por travessões), que interligadas provêm o acesso à sede urbana, tendo como eixo principal a Rodovia Transamazônica (em forma de espinha de peixe), somando aproximadamente 2.500 km de estradas vicinais, conforme dados da Prefeitura Municipal de Brasil Novo. A população de Brasil Novo está composta de 15.690 habitantes desses, 8.791 vivem na zona rural e 6.899 na sede do município (IBGE, 2010).

Os questionários e entrevistas que subsidiaram essa pesquisa foram aplicados a agricultores e filhos de agricultores familiares da Vicinal 12. A comunidade é formada por produtores que praticam a agricultura com técnicas tradicionais de corte-queima ou por meio da mecanização e adubação. A aptidão agrícola dessa comunidade é a pecuária e a cultura do cacau, sendo assim estas as principais atividades que gerem receitas. Outro ponto relevante é a predominância da agricultura familiar na área de estudo, sendo, portanto, uma vicinal importante para economia e cadeia produtiva do município.

A unidade de análise selecionada para essa pesquisa é a família de agricultores, os pais e os filhos e filhas. O presente artigo apoia-se em uma metodologia de cunho qualitativo do tipo exploratória, desenvolvida em um estudo de caso da Vicinal 12. Para a realização da pesquisa de campo, foi utilizada como ferramenta de coleta de dados a entrevista semiestruturada, conduzida por um roteiro diferenciado segundo as características dos grupos de atores sociais entrevistados: pais e filhos (as).

Foi realizada a análise de conteúdo que visou identificar o que estava sendo dito a respeito do tema. Para tanto, o seguinte processo foi seguido: organização das informações em relatos, transcrições, tabulação dos dados; leitura minuciosa e exaustiva desses

documentos; comparações entre as informações contidas, identificando o que existia ou não em comum entre elas. A interpretação dos resultados buscou uma construção interativa com o tema estudado.

Nesta pesquisa foram entrevistados 20 famílias, sendo 20 questionários aplicados aos progenitores responsáveis pela família, 20 dirigidos aos filhos jovens, onde destes 4 eram do sexo feminino e 16 do sexo masculino. Para levantamento das informações os questionários foram aplicados separadamente aos pais, filhos e filhas, buscando coletar informações para compreensão sobre a sucessão futura.

3. Resultados e Discussão

3.1 Expectativas e interesses na visão dos pais agricultores

A questão sucessória rural representa a significação da passagem da propriedade para uma nova geração de agricultores de uma mesma família. Este processo é de suma importância, pois só não passa o patrimônio como também a transferência da responsabilidade sobre a propriedade e é nisto que se baseia a continuidade da produção agrícola familiar no meio rural.

Entre as famílias pesquisadas, 40 % (8) possuem de 1 a 3 filhos, 30 % (6) de 4 a 5 filhos e 30 % (6) 6 ou mais filhos. O resultado nos mostra que a diminuição do número de filhos por casal, é uma realidade no local de estudo. Essa situação é justificada pelos agricultores familiares como a única forma de ter condições de oferecer-lhes melhores condições de vida que, segundo eles, se traduzem no acesso ao estudo e à assistência médica de melhor qualidade.

Os resultados indicam que apesar do grande número de filhos entre as famílias entrevistadas, a maioria desses não reside na zona rural; dentre os entrevistados 48 dos filhos das famílias residem na zona rural, seja na casa dos seus pais ou em outro lote, enquanto 56 moram na cidade.

A realidade quanto ao número de filhos na agricultura mudou drasticamente, assim como, a justificativa de assegurar maior disponibilidade de mão de obra familiar. Atualmente as máquinas e equipamentos agrícolas substituem a necessidade de muitos trabalhadores para a atividade rural, e por outro lado os próprios agricultores almejam outros projetos de vida profissional para seus filhos.

Quando questionados sobre se gostariam que seus filhos também exercessem atividades ligadas à agropecuária, constata-se que 85% (17) dos produtores responderam afirmativamente que gostariam, enquanto apenas 15% (3) dos entrevistados abordados responderam que não gostariam que seus filhos continuassem na agropecuária. Por mais que se observa a manifestação dos pais de que anseiam que os jovens continuem no campo, a falta de recursos financeiros e do “dinheiro garantido” no final do mês faz com que os jovens geralmente procurem meios de sobrevivência nas cidades, procurando trabalhar nas indústrias, comércio ou no setor de serviços.

A maioria dos proprietários entrevistados vê a agricultura como uma forma de assegurar o futuro dos filhos, visto que para eles a vida na zona rural é economicamente satisfatória, proporcionando estabilidade financeira aos filhos. Os entrevistados entendem que o conhecimento repassado aos filhos precisa ser posto em prática, além de vislumbrarem a continuidade de seu trabalho, objetivando assim que a propriedade continue produzindo. Além de reconhecerem na zona rural um ótimo lugar para viver, devido à tranquilidade e autonomia profissional.

Foi perguntado aos entrevistados se existiam perspectivas de algum dos filhos assumir o estabelecimento quando seus titulares se retirassem da atividade. Os dados mostram que 55% (11) dos entrevistados responderam afirmativamente, já 45% (9) indicaram a não existência de sucessores. Assim, considerando estes resultados, observa-se que a maioria dos entrevistados possui sucessores. Este resultado pode ser compreendido devido a eficiência do incentivo dos pais para os filhos continuarem a exercer as atividades agrícolas em suas propriedades.

Analisando as respostas em relação ao momento da transferência, os dados reforçam a discussão de que o assunto sucessão das propriedades rurais não é debatido entre as famílias, pois 30% (6) dos entrevistados afirmaram que não pretendem fazer a transferência em vida, 30% (6) responderam que a transferência ocorreria somente quando não puderem mais administrar a propriedade, 15% (3) indicaram que este processo se daria quando os sucessores estiverem preparados e apenas 25% (5) dos entrevistados já fizeram a transferência ou pretendem fazê-la em breve. Esses resultados demonstram as dificuldades encontradas pelos filhos dos agricultores entrevistados para se tornarem os sucessores das propriedades, tendo em vista que a sucessão poderá acontecer quando os filhos já estiverem desestimulados e com outros projetos de vida não relacionados a propriedade.

De acordo com a análise das entrevistas dos produtores que pretendem repassar a propriedade para os filhos, todos planejam repassá-las para mais de um filho, o que tende a

inviabilizar a capacidade produtiva da propriedade, devido ao tamanho da mesma em relação ao número de filhos, sendo necessária a negociações entre herdeiros para tornar uma área apta à produção. Para Abramovay *et al.* (2003), muitas vezes este processo gera conflitos, visto que na maioria das vezes os herdeiros que pretendem continuar na atividade não possuem recursos para adquirirem essas áreas, devido dos demais herdeiros na negociação e os valores envolvidos na transação serem altos para o nível de capitalização das propriedades.

3.2 Processos de sucessão hereditária de famílias da Vicinal 12

Abramovay (2001) afirma que a sucessão das novas gerações de agricultores envolve um processo dependente de possíveis alguns fatores, que são: a) a sucessão profissional mediada pela passagem da gerência do negócio, do poder e da capacidade de utilização do patrimônio na próxima geração; b) a transferência legal da propriedade da terra e dos ativos existentes; e c) a aposentadoria, quando cessa o trabalho e, sobretudo, o poder da atual geração sobre os ativos de que se compõem a unidade produtiva.

Historicamente, o processo de sucessão tem sido feito de pai para filho, na divisão dos bens ou na formação de uma nova propriedade. Destaca-se que na área estudada este processo tem origem de diversas formas., e apresenta-se como um grande desafio, assim como, em todas as propriedades de agricultura familiar do Brasil. Porém, apesar de que em sua maioria não ter discutido sobre o assunto, algumas famílias já traçaram a sucessão ou estão em processo de transferência ao sucessor.

Na pesquisa foram destacados cinco casos onde já foi realizada a transmissão da propriedade ao sucessor, ou que estava em fase de transmissão, onde foi identificado a permanência na agricultura e no lote da família como horizonte profissional mais desejado.

Foram encontradas três formas básicas de como a sucessão da agricultura familiar se deu. A primeira se deu devido à perda do pai e desinteresse dos outros irmãos em continuar as atividades no lote da família, e dessa forma o sucessor ficou responsável pela propriedade e outros bens, já os imóveis na zona urbana foram passados aos demais irmãos. Este é um caso bem comum de sucessão, já que a maioria dos agricultores como discutido anteriormente não define a sucessão em vida.

Na segunda forma, nota-se a oportunidade que o agricultor deu aos filhos sucessores, visto que a divisão já está estabelecida e o pai contribuiu para que os filhos se instalassem em suas próprias propriedades, e antes mesmo disto, os filhos já sentiam a liberdade de participar da gerência e nas tomadas de decisões na propriedade. Este é o processo de transição da

sucessão da propriedade familiar no qual o sucessor conquista o seu espaço mediante a sua dedicação nas atividades da unidade familiar. A sucessão sob esta forma é capaz de tornar a unidade de produção passível de suportar o processo de transição da agricultura familiar, uma vez que, ocorrem muitas e constantes mudanças de estrutura, economia e tecnologias de produção. O desenvolvimento sob uma ótica de oportunidade fortalece os laços com a família e com a agricultura, garantindo assim, a continuidade.

Na terceira forma, o proprietário diz não possuir mais forças para os trabalhos no lote, deixando a responsabilidade para o filho sucessor, no entanto, a transferência legal da propriedade ainda não foi realizada. Essas propriedades, em sua maioria enfrenta problemas de definição e aplicação de estratégias para a sucessão, já que o filho não possui o poder total de gerência, havendo em alguns casos conflitos de ideias com os pais.

Diante das diversas mudanças no meio rural, é de fundamental importância perceber quais as formas pelas quais o processo sucessório está acontecendo. As informações prévias obtidas evidenciam a existência de formas distintas de sucessão hereditária na agricultura familiar.

3.3 Características e perspectivas dos potenciais herdeiros

Quando analisado o perfil dos filhos que ainda residem na propriedade rural na área estudada, entendidos como potenciais sucessores pelos pais, notou-se que 35% (7) têm até 20 anos, 30% tem de 31 a 40 anos (6), 25% (5) dos entrevistados tem idade de 21 a 30 anos, 5% (1) apresentam idade de 40 a 50 anos e 5% (1) acima de 50.

É importante destacar que todos os filhos homens entrevistados que residem na propriedade exercem atividades na mesma e as filhas mulheres contribuem nas atividades domésticas. Dos 20 filhos entrevistados apenas 3 exercem atividades externas. Portanto, os outros 17 são totalmente dependentes da atividade econômica desenvolvida na propriedade.

Em relação à sucessão, 55% (11) dos filhos entrevistados manifestaram interesse em assumir a propriedade dos seus pais. Outros 45% (9) disseram não ter interesse em assumir a propriedade. Portanto, há diferenças nas expectativas de ambos, apesar dos pais os considerarem como potenciais sucessores. O que cai pela metade a possibilidade de terem sucessores de fato.

É importante ressaltar que esse interesse também varia segundo o gênero dos filhos. Percebe-se um interesse muito maior dos filhos do sexo masculino em assumir a propriedade

dos seus pais, durante a pesquisa constatou-se que a maioria das filhas não residem mais na propriedade, do total de 20 filhos entrevistados, apenas 4 foram do sexo feminino.

Dos 20 filhos entrevistados, 11 filhos apresentaram interesse em assumir a propriedade, desses apenas 1 é do sexo feminino. O padrão anterior, no qual cabia às moças reproduzir o papel de suas mães dentro da unidade familiar de produção (Abramovay et al., 1998), parece, segundo a pesquisa, estar esgotado.

Percebe-se que existem duas faixas etárias expressivas, quando se trata do interesse pela sucessão, que vai dos 20 aos 40 anos. Segundo Ahlert (2009) isso pode ser explicado devido a definição da opção profissional que se torna menos flexível com o amadurecimento, onde sucessivo exercício de atividades em um meio, cria-se experiência na atividade e diminui-se a possibilidade de substituir por outras.(Tabela 1). Nota-se também que os mais jovens não se interessam ou não possuem uma definição quanto à sucessão.

Tabela 1: Idade e percentual dos filhos interessados em assumir a propriedade dos seus pais.

Nº de filhos	Nº de filhos interessados	%
De 20 a 30 anos	4	36
De 31 a 40 anos	5	46
De 41 a 50 anos	1	9
Acima de 51 anos	1	9
Total	11	100

Fonte: Pesquisa de campo (2014).

A maioria dos filhos que almeja a sucessão apresenta idade entre 20 a 40 anos.

Os resultados apontaram uma forte associação entre sucessão hereditária e nível educacional. Os filhos na faixa etária entre 30-40 anos, em sua maioria, cursou até a 4ª série do ensino fundamental e possui a vida construída em torno da agricultura, inclusive a grande maioria com família constituída e com propriedade separada dos pais. O que pode ser exposto nas falas dos entrevistados abaixo:

Pretendo continuar na agricultura, pois estudei muito pouco e com a idade que estou não tem mais como voltar a estudar, também porque preciso trabalhar para sustentar

minha família, mas apesar disso gosto muito de trabalhar com a terra, é o que faço desde pequeno, e é só o que eu sei fazer. (J.C.V.S., 43 anos, Vicinal 12).

A vida aqui no lote é boa e tranquila, mas pros jovens falta oportunidade de emprego e principalmente de estudo, a gente sabe que sem estudos hoje em dia não se consegue um bom emprego, então meus planos futuros é terminar a minha faculdade e conseguir um emprego na cidade, onde se tem melhores remunerações e mais estabilidade financeira. (J.S.M., 22 anos, Vicinal 12).

Sua preferência em permanecer na agricultura está ligada à percepção de que sua condição educacional não permite vislumbrar um futuro promissor fora do meio rural e da agricultura. Enquanto os mais novos estão estudando e possivelmente se preparando para deixar o meio rural, já que estes não veem perspectivas promissoras na agricultura.

3.4 as expectativas dos jovens entrevistados

A partir da definição de jovem do Estatuto da Juventude (Lei Nº 12.852), considerado como a pessoa que possui até vinte e nove anos de idade, foi verificado que apenas quatro jovens pretendem assumir a propriedade dos pais (Tabela 1), porém, mesmo manifestando não ter interesse em exercer atividades agrícolas ou mesmo preferindo trabalhar ou estudar na cidade, todos os entrevistados quando perguntados sobre a percepção quanto ao modo de vida no meio rural responderam que é um ótimo modo de vida, devido à tranquilidade e não ter violência e barulho como na cidade.

Dos jovens entrevistados, todos os rapazes responderam que trabalham junto à família, realizando quase todos os serviços da roça, da comercialização ao processamento de produtos. As jovens entrevistadas relataram que geralmente não se envolvem nos trabalhos ligados à agricultura e pecuária.

Notou-se que os pais preferem os filhos homens para possíveis sucessores da terra. Somente em uma das famílias entrevistadas a filha foi indicada como possível sucessora da unidade de produção; essa jovem mostrou-se disposta a dar continuidade ao empreendimento familiar.

De acordo com os jovens entrevistados, a falta de escola é a maior causa de evasão da juventude, pois, na Vicinal não possui nenhuma escola, e assim, os estudantes tem que se deslocarem à cidade de Brasil Novo para estudar. O estudo se torna um desafio, pois, além da jornada de trabalho no estabelecimento, ainda é necessário o deslocamento para a cidade.

Nesse contexto, cresce a desvinculação com o meio rural e, com ela, aumenta também a possibilidade da migração definitiva do campo para a cidade.

A educação é um fator decisivo no horizonte profissional de qualquer jovem. Na agricultura familiar, entretanto, a regra constatada em vários estudos da América Latina é que fica no campo o filho quem menos estudou (Durston, 1996). Segundo Silvestro *et al.* (2001), a geração com maiores possibilidades de assumir, no futuro, a direção das unidades familiares de produção, os filhos que permanecem na propriedade paterna e que já saíram da escola, tem formação educacional tão precária que confirma a assertiva segundo a qual ou se estuda, ou se fica no campo.

Apesar dos progressos alcançados na educação nas últimas décadas, permanecem ainda graves problemas na área rural, tanto no que diz respeito à abrangência quanto à qualidade da educação. Conforme argumenta Krauskopf (2001): “a homogeneidade dos planos educacionais, que desconhecem a diversidade, estimula cada vez mais a discriminação de oportunidades, conduzindo o processo educacional em um círculo vicioso onde se excluem, sobretudo, os mais pobres e a juventude rural”.

A revitalização das comunidades rurais, o fortalecimento e a renovação da agricultura familiar não só passam por um conjunto de políticas voltadas para incentivar a produção e a inserção dos agricultores no mercado, mas requerem, também, uma nova política de educação rural que seja adequada às necessidades e à realidade dos diferentes territórios.

Outro motivo de êxodo rural da juventude segundo os entrevistados é a busca por emprego. Já que muitos entrevistados relataram nas entrevistas que atualmente é quase inexistente a oferta de emprego em atividades não agrícolas assalariadas na área rural estudada. Estes veem as cidades como possibilidade de melhores condições para ganhar seu próprio dinheiro, maiores oportunidades para estudar e melhor remuneração do trabalho. E segundo eles a remuneração na agricultura é incerta, pois, em alguns meses produzem e vendem bem e em outros não. Assim, a perspectiva de permanecerem na agricultura vem sendo substituída por novas possibilidades ligadas à cidade e à migração, como estratégia de vida e, passa a fazer parte do cotidiano das jovens rurais.

A respeito da participação dos jovens nas decisões da propriedade e nas discussões sobre as questões ligadas ao gerenciamento, 25% (3) dos jovens afirmam participarem das decisões, por outro lado, 75% (9) responderam que não participam de nenhum tipo de decisão que é tomada no interior da unidade de produção.

É de suma importância aos pais criarem esse espaço de participação para os filhos, sob pena de colocarem em risco, em virtude da sua saída, a própria continuidade da unidade de

produção. Assim, a falta de participação e oportunidades dentro da propriedade é segundo os jovens entrevistados um motivo forte para evasão dos jovens para a cidade, facilmente identificado nas falas de muitos entrevistados, como a seguir.

Se meu pai me desse um pedacinho de terra ou umas cabeças de gado, eu não estaria pensando em mudar para a cidade, com isso eu estaria mais seguro, ajudando e ganhando o meu próprio dinheiro, mas ele não me dá espaço pra crescer como agricultor, e aqui não tem outro trabalho. Estou pensando em construir uma família, preciso ter minha terra e um emprego mais estável, então o jeito vai ser mudar pra Altamira que dizem que "tá tendo" muito emprego. (J. S. S., 23 anos, Vicinal 12).

Daqui eu não saio tão cedo, pois tiro meu sustento e estou começando a organizar meu próprio lote; nosso pai nos dá oportunidades de colocar nossos planos em prática aqui no lote, eu, meu irmão e ele temos muitos planos para o futuro, trabalhamos em conjunto apesar de cada um já ter sua parte definida, e aqui dá um dinheiro bom, temos tudo que precisamos, transporte, casa, família e um vida muito boa, graças a Deus (V. J. R., 31 anos, Vicinal 12).

É importante ressaltar que a saída dos jovens do campo perdeu o caráter traumático que tinha no passado, hoje a própria família estimula e patrocina a migração dos filhos, principalmente com a finalidade de assegurar a continuidade dos estudos.

Para Lamarche (1992), as estratégias de encaminhamento dos filhos são, sem dúvida, o resultado da ação conjunta de diversos fatores como: o tamanho das famílias e sua capacidade financeira, às quais são confrontadas às possibilidades de promoção social e profissional daqueles filhos que devem sair.

3.5 A constatação da tendência de masculinização do campo

Cada vez mais os jovens vêm deixando o meio rural e entre estes é evidente a elevada participação das mulheres. Essa migração predominantemente feminina tem levado gradativamente ao predomínio masculino entre os jovens rurais no campo, o que evidencia os resultados obtidos a respeito, onde 70% (14) dos jovens que permanecem morando na casa dos pais são do sexo masculino, enquanto as mulheres somam 30% (6).

Dos 39 filhos homens que deixaram a casa de seus pais, 51% (20) permanecem na agricultura, enquanto os outros 49 % (19) partem para a cidade. Os dados referentes às filhas nos mostra que do total de 45 filhas que deixaram a casa dos pais, apenas 18% (8) continuam na zona rural e 82% (37) migraram para a cidade.

Outros estudos indicam às importantes transformações incidentes no meio rural dos estados meridionais (Sacco dos Anjos & Caldas, 2003). Os estudos apontam três processos relevantes: a masculinização, o envelhecimento e a desagrarização. Os dois primeiros resultam do aumento do êxodo rural recorrente nas duas últimas décadas no campo, principalmente relacionado a população feminina, causando assim a escassez da mão de obra rural. O envelhecimento, resulta do aumento da expectativa de vida da população rural, simultâneo a redução da participação da população jovem. A desagrarização é "a capacidade declinante da agricultura no sentido de ocupar a população economicamente ativa do campo brasileiro", e o aumento do número de pessoas que optam por desenvolver atividades extra agrícolas, conforme como confirmado nas pesquisas nacionais por amostra de domicílios-PNADs (Sacco dos Anjos & Caldas, 2003).

A migração, de acordo com Mello *et al.* (2003, p.4), "é um fenômeno bastante expressivo entre a população jovem do meio rural. Entretanto, os (as) jovens são detentores (as) de saber técnico qualificado que é apreendido ao longo da vida no campo, sendo também a força vital para renovação da agricultura familiar".

Observa-se, ainda, que o processo migratório é mais intenso para jovens do sexo feminino. Camarano e Abramovay (1998) levantam três hipóteses que justificariam a masculinização da população rural: aumento da oferta de trabalho para moças no setor de serviços; caráter seletivo das dinâmicas familiares que incentivam as moças a migrar; e maior valorização dos estudos das moças que dos rapazes.

As moças não participam das atividades gerenciais das propriedades, são vedadas das responsabilidades, planejamento e participação nas decisões. Em relação à possibilidade das moças serem sucessoras, 75% dos pais entrevistados disseram que elas não têm as mesmas chances sucessórias que os rapazes e, 25% julgaram que têm as mesmas oportunidades.

A "masculinização" do meio rural, constatada no trabalho de Camarano e Abramovay (1998), não pode ser encarada como decorrência "natural" do processo de desenvolvimento. A pesquisa permite concluir que pelo menos duas causas estão associadas à intensidade do êxodo juvenil feminino: a penosidade do trabalho e a expressão da maneira como o poder se distribui no interior da família. A possibilidade de serem sucessoras, as responsabilidades, o planejamento, a participação, a apresentação social na qualidade de agricultoras são, de certa forma, vedadas às jovens, contribuindo para que se afastem das atividades agrícolas e do espaço rural.

As perspectivas que se oferecem para as moças, no papel de esposa e mãe, estão muito aquém da aspiração de vida que outro ambiente social pode proporcionar. Assim, Abramovay

et al. (1998) afirmaram que o funcionamento atual da agricultura familiar se apresenta como um dos principais fatores de expulsão das mulheres do meio rural.

4. Considerações Finais

A pesquisa possibilitou constatar que existe um forte desejo de continuidade na agricultura familiar na área estudada, já que das famílias entrevistadas 55% possuem sucessores. No entanto, os dados da pesquisa mostram que há uma visão bastante negativa por parte dos jovens, principalmente das moças a respeito desta alternativa profissional.

Quanto ao processo migratório, foi observado que a geração jovem migra principalmente em busca de melhor escolaridade, qualificação formal e empregos com melhor remuneração.

O processo sucessório não é um assunto presente no planejamento e nas discussões da maior parte das famílias rurais, o que pode ser evidenciado quando a maioria dos entrevistados afirma que não pretende realizar a transferência da propriedade a seus herdeiros enquanto tiverem condições de trabalhar ou mesmo em vida. Como consequência, a continuidade da unidade familiar se torna ameaçada. Dessa forma, a demora na definição do sucessor, se apresenta como um dos motivos de evasão da juventude, já que a falta de discussão quanto à transferência patrimonial impede que os jovens organizem seu futuro profissional. Nesse contexto permanecem na propriedade rural os jovens que apresentam menor escolaridade, enquanto os demais optam pela migração para os centros urbanos, em busca de maiores oportunidades em relação a permanência no campo.

Observou-se que a “escolha” de sucessores para as unidades familiares de produção obedece principalmente um “padrão” de gênero. Excluindo as jovens das atividades gerenciais, do planejamento e participação nas decisões da propriedade. Fazendo com que o processo migratório seja mais intenso para jovens do sexo feminino.

Concluiu-se também que os pais parecem ser mais flexíveis e até incentivam os filhos e filhas a buscarem oportunidades de trabalho fora do meio rural, e que seguir uma profissão diferente da dos pais não deve ser entendido como o afastamento do convívio do lar. Para tal, é urgente construir no espaço rural as condições mínimas de cidadania, como educação, saúde, moradia e lazer.

Referências

- Abramovay, R. et al. (2001). *Os impasses sociais da sucessão hereditária na agricultura familiar*. Florianópolis: Epagri: Nead/Ministério do Desenvolvimento Agrário.
- Abramovay, R.; Silvestro, M.; Cortina, N.; Baldissera, I. T.; Ferrari, D. Testa, V. M. (1998). *Juventude e agricultura familiar: desafio dos novos padrões sucessórios*. Brasília: UNESCO.
- Abramovay, Ricardo et al. (2003). *Sucessão Hereditária e Reprodução Social da Agricultura Familiar*. São Paulo: Apic.
- Ahlert, L. (2009). A sucessão das atividades na agricultura familiar. In: *Congresso Brasileiro de Economia, Administração e Sociologia Rural*, 47, 2009, Porto Alegre. Anais... Porto Alegre: SOBER. p. 1-17.
- Brumer, Anita. (2014). As perspectivas dos jovens agricultores familiares no início do século XXI. In: RENCK, Arlene; DORIGON, Clovis (Org.). *Juventude rural, cultura e mudança social*. 1. ed. Chapecó, SC: Unochapecó, 2014. p. 115-138.
- Camarano, A. A.; Abramovay, R. (1998). *Êxodo Rural, Envelhecimento e Masculinização no Brasil: Panorama dos últimos cinquenta anos*. Anais do XXI Encontro Anual da Anpocs, Caxambu: ANPOCS.
- Carneiro, M. J. (1999). O ideal rurano: campo e cidade no imaginário de jovens rurais. In: Teixeira da Silva, F. C.; Santos, R.; Costa, L. F. C. (orgs.). *Mundo rural e política: ensaios interdisciplinares*. Rio de Janeiro: Campus.
- Carneiro, M. J. (2001). Herança e gênero entre agricultores rurais. *Revista Estudos Feministas*, Florianópolis.
- Schuch, Heitor José. (2010). *Juventude Rural: a roça em transformação*. Porto Alegre: Corag.
- Durston, J. (org). (1996). *Juventud rural: modernidad y democracia en América Latina*. Santiago, Chile: Cepal.

IBGE. (2010). *Municípios*. Disponível em <http://www.ibge.gov.br> em População / Projeção da População. Acesso em: 28 de julho de 2014.

Krauskopf, D. Los nuevos desafíos de la educación em el desarrollo juvenil. In: Solum , D. (comp.). (2001). *Adolescencia y juventud em América Latina*. Costa Rica: Lur Edic.

Lamarche, H. (Coord). (1992). *A agricultura familiar: comparação internacional*. Trad. Frédéric Brazin. Campinas: Editora da UNICAMP.

Mello, M. A. de; Abramovay, R.; Silvestro, M. L.; Dorigon, C.; Ferrari, D.L.; Testa, V. M. (1990). Sucessão hereditária e reprodução social na agricultura familiar. 2003. *Agricultura em São Paulo, São Paulo*, v. 50, n. 1, p. 11-24, 2003.

Ribeiro, E. M. (1999). A formação de sucessores no rural brasileiro: trajetória histórica, pesquisa e perspectivas. *Saeculum: Revista de História*, João Pessoa, n. 4/5, p. 271-286, jan./dez. 1998/1999.

Sacco dos Anjos, F. (2003). *Agricultura Familiar, Pluriatividade e Desenvolvimento Rural no Sul do Brasil*. Pelotas: EGUFPEL.

Sacco dos Anjos, F.; Caldas, N. V. (2006). Pluriatividade e sucessão hereditária na agricultura familiar. In: Schneider, S. (Org.). *A diversidade da agricultura familiar*. Porto Alegre: UFRGS.

Seyferth, G. (1985). *Herança e estrutura familiar*. Boletim do Museu nacional, Rio de Janeiro.

Silvestro, M. L.; Abramovay, R.; Mello, M. A.; Dorigon, C.; Baldissera, I. T. (2001). *Os impasses sociais da sucessão hereditária na agricultura familiar*. Florianópolis: Brasília: Nead/Ministério do Desenvolvimento Agrário.

Wanderley, N. (2001). Raízes históricas do campesinato brasileiro. In: Tedesco, J. C. (Org.). *Agricultura familiar: realidades e perspectivas*. Passo Fundo,RS:EDIUPF.

Porcentagem de contribuição de cada autor no manuscrito

Mara Cristina de Lima Costa – 65%

Carla Giovana Souza Rocha – 35%